

RESOLUÇÃO DIR/018/2024

Torna público o Código de Ética, Conduta e Integridade no âmbito da URBS – Urbanização de Curitiba S.A.

A Diretoria da URBS, no uso das suas atribuições contidas no art. 26, do Estatuto Social, e

- Considerando o art. 21, inciso XI do Estatuto Social, quanto à atribuição do Conselho de Administração para discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

- Considerando a Ata da 254ª de Reunião do Conselho de Administração, de 12/08/2024, a qual aprova o Código de Ética, Conduta e Integridade no âmbito da URBS – Urbanização de Curitiba S.A.;

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar público o Código de Ética, Conduta e Integridade que estabelece as diretrizes para orientação dos atos dos Agentes da URBS.

Curitiba, 26 de agosto de 2024.

OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente

PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL
Diretor Administrativo e Financeiro

ALDEMAR VENANCIO MARTINS NETO
Diretor de Operações

EGBERTO PEREIRA JUNIOR
Diretor Jurídico

CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE

Capítulo I - Dos Objetivos e Abrangência

Art. 1º. O presente Código estabelece diretrizes para orientação dos atos dos Agentes da URBS, sem prejuízo do respeito aos deveres e vedações contempladas em outros instrumentos de ordem legal ou administrativa.

Parágrafo Primeiro: A URBS tem por:

- a) Propósito: Facilitar a vida das pessoas
- b) Missão: Ser a melhor escolha em soluções de mobilidade e gestão de equipamentos urbanos.
- c) Visão: Promover soluções inovadoras e sustentáveis para gestão de mobilidade e equipamentos urbanos nas cidades.
- d) Valores:
 - Comprometimento com a ética e a integridade;
 - Respeito e valorização das pessoas;
 - Credibilidade;
 - Competência técnica;
 - Inovação e sustentabilidade; e
 - Compromisso com o interesse público.

Parágrafo Segundo: são considerados Agentes da URBS, seus administradores (Conselheiros de Administração e integrantes da Diretoria); empregados, inclusive os cedidos e/ou liberados para outros órgãos ou entidades; bem como os funcionários de outros órgãos ou entidades, cedidos para a Sociedade.

Art. 2º. As diretrizes deste Código contemplam referências para os Agentes da URBS, no tocante a atitudes, comportamentos e práticas no âmbito da atuação da Sociedade em prol dos objetivos e finalidades institucionais, bem como, em respeito ao interesse público.

Capítulo II – Dos Princípios Aplicáveis

Art. 3º. Os Agentes da URBS, no exercício de suas funções, deverão respeitar os padrões éticos e os princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, pautando suas condutas pela integridade, objetividade, imparcialidade, probidade e decoro, bem como deverão observar:

- a) A prevalência do interesse público, preservação e defesa do patrimônio público e da probidade administrativa.
- b) O desempenho de suas funções de forma imparcial, isonômica e profissional, honesta, digna, respeitosa e com decoro.
- c) A atuação com qualidade, eficiência e equidade, buscando a excelência, atualização e desenvolvimento profissional.

Capítulo III – Dos Deveres

Art. 4º. Os Agentes da URBS têm como deveres:

- a) Preservar a integridade, a honra e a dignidade próprias de suas funções, respeitando as diretrizes e princípios explicitados neste Código e na legislação aplicável.
- b) Atuar com honestidade e tempestivamente, escolhendo a opção legal que melhor aderir à ética e ao interesse público.
- c) Informar imediatamente à instância superior o ato ou fato contrário ao interesse público e/ou institucional de que tenha tomado conhecimento.
- d) Tratar as autoridades, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar no exercício de suas funções, com urbanidade, cortesia, respeito, educação e consideração.
- e) Atuar com cortesia, urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando as limitações individuais, sem preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política, posição social e quaisquer outras formas discriminatórias.
- f) Buscar seu desenvolvimento e atualização profissional, inclusive no tocante às instruções, normas e a legislação aplicáveis às suas funções.

- g) Compartilhar informações e conhecimentos obtidos em treinamentos e na atividade profissional, que possam contribuir com o desempenho dos demais Agentes da URBS.
- h) Evitar ações ou relações que caracterizem conflito de interesses com suas funções na URBS, consultando a instância superior sobre situações que possam suscitar eventual conflito.
- i) Denunciar e não ceder a pressões de interessados em favores ou vantagens indevidas em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais ou antiéticas.
- j) Facilitar a fiscalização de todos os seus atos ou serviços por quem de direito, prestando toda colaboração ao seu alcance.

Capítulo IV – Das Proibições

Art. 5º. São condenáveis os atos dos Agentes da URBS que atentem contra a honra e a dignidade de sua função e com os princípios institucionais, sendo-lhes também vedado:

- a) Praticar ato ou compactuar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, de forma contrária à ética e aos interesses institucionais e públicos.
- b) Discriminar colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar no âmbito de suas funções, em razão de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política, posição social ou quaisquer outras formas de discriminação.
- c) Adotar condutas que interfiram no trabalho de outras pessoas ou que criem ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, especialmente, o assédio sexual ou o assédio moral, desqualificando pessoas por palavras, gestos ou atitudes ofensivas à autoestima, segurança, profissão ou imagem.
- d) Atribuir erros próprios a outras pessoas, ou ainda, apresentar ou assumir a autoria de ideias ou trabalhos de outras pessoas.
- e) Exercer cargos ou funções, mesmo não remunerados, em outras organizações ou entidades, que gerem conflitos de interesses em relação às suas funções institucionais.
- f) Usar do cargo, emprego ou função, ou de informação privilegiada da URBS, para obter favores, benesses ou vantagens indevidas para si ou para outrem.

- g) Solicitar, sugerir ou receber qualquer ajuda financeira, gratificação, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro Agente da URBS ou da Administração Pública para o mesmo fim.
- h) Fazer ou extrair cópias de despachos, pareceres, relatórios, trabalhos ou de quaisquer outros documentos ainda não divulgados ou publicados, pertencentes à URBS ou à Administração Pública, para fins estranhos aos seus objetivos ou para atendimento de interesses pessoais ou de terceiros, sem prévia autorização da autoridade competente.
- i) Divulgar ou facilitar a divulgação, por qualquer meio, de informações sigilosas obtidas por qualquer forma em razão do cargo, emprego ou função.
- j) Estar embriagado ou sob efeito de qualquer droga ilegal no ambiente de trabalho ou, fora dele, em situações que comprometam a imagem pessoal e, por via reflexa, a institucional.
- k) Utilizar sistemas e canais de comunicação da URBS para a propagação e divulgação de trotes, boatos, pornografia, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária.
- l) Manifestar-se em nome da URBS sem a autorização da autoridade competente.
- m) Descumprir ou ser conivente com erro ou infração a este Código, às normas administrativas da URBS ou a disposições normativas aplicáveis.
- n) Usar de artifícios para protelar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- o) Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento no desempenho de suas funções profissionais.
- p) Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, fornecedores, colegas e autoridades.
- q) Exercer atividade profissional a ética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- r) Utilizar, para fins privados, bens ou serviços exclusivos da URBS.

Capítulo V – Da Prevenção de Conflito de Interesses

Art. 6º. Os Agentes da URBS deverão abster-se de envolver-se em quaisquer situações que configurem conflito de interesses, sejam elas reais, potenciais ou aparentes.

Art. 7º. O exercício de quaisquer outras atividades pessoais, profissionais ou acadêmicas, deverá ser compatível com o horário de trabalho da URBS, observado o contido no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT da respectiva categoria.

Art. 8º. Aos Agentes da URBS é defeso:

- a) Participar de análise ou decisões que envolvam assuntos de interesse próprio, de cônjuge ou companheiro, de parentes por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou de empresas das quais sejam proprietários, sócios ou dirigentes.
- b) Participar, direta ou indiretamente, de licitação ou de execução de obra ou serviço, ou do fornecimento de bens ou serviços, quando a URBS for a contratante ou a responsável pela licitação.
- c) Participar, direta ou indiretamente, de leilões ou concorrências públicas para a alienação de bens móveis ou imóveis, promovida pela URBS.
- d) Prestar serviços de consultoria, assessoria, assistência técnica ou treinamento, acerca de tema que conhece ou venha a conhecer por força da atividade que desempenha na URBS, de forma remunerada ou não, direta ou indiretamente, de natureza permanente ou eventual, ainda que fora do expediente profissional, a qualquer pessoa, física ou jurídica, de natureza privada ou pública, que tenha relacionamento com a URBS, ressalvadas as hipóteses de designação específica pela Companhia e as atividades docentes, observada a compatibilidade de horários.
- e) Exercer atividades paralelas, com ou sem contrato de trabalho, que possam causar danos à imagem da URBS.
- f) Solicitar a participação de Agentes da URBS em atividades político-partidárias e eleitorais.
- g) Nomear familiares (cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral) para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada.

- h) Permitir situações de subordinação hierárquica para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada envolvendo familiares (cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, por consangüinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral).
- i) Valer-se do regramento contido no presente Código para desvio de sua finalidade ou para abuso de direito, inclusive formulando denúncias manifestamente infundadas em desfavor de demais agentes da URBS.
- j) Aceitar brindes e presentes com valor econômico superior a R\$ 100,00.

Art. 9º. Qualquer conflito de interesses ou presunção de sua existência deverá ser imediatamente comunicado ao superior hierárquico imediato.

Art. 10. Os membros da Diretoria e do Corpo Gerencial (Gestores e Coordenadores) deverão comunicar à **ADHO – ÁREA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ORGANIZACIONAL**, durante os 6 (seis) meses que sucederem ao desligamento do cargo ou mandato, o exercício de atividade privada ou o recebimento de propostas de trabalho que pretende aceitar ou negócio no setor privado, que tenham, efetiva ou potencialmente, conflito de interesses com as atividades desenvolvidas pela URBS.

Capítulo VI - Da Comissão de Ética

Art. 11. Fica criada a Comissão de Ética da URBS (CEU), vinculada diretamente ao Presidente da URBS, para:

- a) Promover a divulgação do Código, bem como orientar e aconselhar os Agentes da URBS sobre as suas disposições.
- b) Responder consultas individuais sobre eventual conflito de interesses, existentes ou potenciais, bem como sobre assuntos correlatos.
- c) Zelar pelo cumprimento do Código e comunicar ao Presidente da URBS situações que possam configurar falta ética ou descumprimento deste-Código.
- d) Propor ao Presidente da URBS, nos casos de fato ou ato lesivo a princípio ético ou contrário à disposição deste Código, com a devida justificativa, a aplicação de penalidade prevista neste Código, bem como, a instauração de procedimento disciplinar ou outra medida aplicável.

- e) Conhecer de consultas, denúncias ou representações contra Agentes da URBS, decorrentes da aplicação deste Código.
- f) Propor ao Presidente da URBS revisões neste Código e a instituição de procedimentos complementares.

Art. 12. A CEU será composta de 3 (três) membros titulares, e seus respectivos suplentes, indicados pela Diretoria da URBS e nomeados pelo Presidente da Companhia dentre os empregados do quadro permanente, que contem com pelo menos 05 (cinco) anos de trabalho efetivo, possuam reputação ilibada, sejam profissionalmente assíduos, estejam em dia com suas obrigações eleitorais, não possuam antecedentes criminais.

Parágrafo primeiro - Os membros da Comissão de Ética terão mandato de 2 (dois) anos, admitida recondução, vedado o pagamento de gratificação a qualquer título.

Parágrafo segundo – O Presidente da Comissão de Ética será escolhido por meio de eleição realizada pelos seus pares, a cada ano, na primeira reunião da Comissão de Ética, com participação dos membros titulares e suplentes.

Parágrafo terceiro - O Presidente da Comissão de Ética será substituído pelo membro mais antigo no caso de impedimento ou vacância. No caso de vacância, o cargo de Presidente da Comissão será preenchido mediante nova escolha efetuada pelos seus membros.

Parágrafo quarto - Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Ética têm prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos/empregos ocupados por seus membros

Art. 13. O processo de apuração de ato em desrespeito às disposições deste Código será instaurado pela CEU, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes da infração.

Parágrafo primeiro – As denúncias poderão ser encaminhadas à CEU através dos seguintes canais:

- a) protocolo na Ouvidoria da URBS;
- b) requerimento ao superior imediato ou;
- c) requerimento ao Presidente da URBS.

Parágrafo segundo – Para impedir qualquer espécie de retaliação, será garantido o sigilo acerca do denunciante, caso assim o requeira, devendo ser solicitado através da Central 156, cujo formulário existe a opção de ser sigiloso ou não.

Parágrafo terceiro – Independente do contido no parágrafo anterior, é absolutamente vedada qualquer tipo de retaliação ao denunciante, respondendo ele – o denunciante - na forma do contido no presente Código, pelo abuso do direito na hipótese de denúncias manifestamente infundadas.

Capítulo VII – Das Penalidades

Art. 14. As condutas incompatíveis com as disposições do presente Código, recomendadas pela CEU e acolhidas pelo Presidente da URBS, poderão ser punidas com as seguintes penalidades:

- a) Advertência, verbal ou escrita, aplicável aos Agentes da URBS no exercício do cargo, do emprego ou da função.
- b) Censura por escrito, aplicável aos Agentes da URBS que já tiverem deixado o cargo, o emprego ou a função.

Parágrafo primeiro - As penalidades previstas no presente artigo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, e depois de autorizadas pelo Presidente da URBS, serão aplicadas pela Comissão de Ética.

Art. 15. Havendo indícios de infração disciplinar, a Comissão de Ética poderá recomendar ao Presidente da URBS, além das citadas penalidades, as seguintes providências:

- a) Abertura de sindicância, auditoria, emissão de parecer ou outro procedimento específico para apuração de fatos e/ou indicação de medidas cabíveis.
- b) Abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) nos termos vigentes na legislação da URBS, aplicável aos empregados da Sociedade, inclusive no caso daqueles cedidos para atuar em outros órgãos ou entidades, sendo vedado *o bis in idem*.

- c) Apresentação de denúncia ao Prefeito Municipal de Curitiba, representante do acionista controlador da URBS, quando as ocorrências envolverem administradores da Sociedade e pessoal de outros órgãos ou entidades, cedidos para atuar na Empresa.

Capítulo VIII – Das Disposições Finais

Art. 16. A indicação e a nomeação dos membros da CEU ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a aprovação deste Código.

Art. 17. No mesmo prazo definido no *caput* do artigo anterior, deverá ser dada ampla divulgação do presente Código aos Agentes da URBS, bem como à sociedade em geral através do Portal Eletrônico da Empresa.

Art. 18. Competirá aos superiores hierárquicos de cada setor da empresa zelar pela fiel aplicação do presente Código.

Parágrafo único – Competirá à Diretoria Jurídica a atualização das disposições contidas no presente Código, submetendo-as à apreciação e aprovação da Diretoria.

Art. 19. Compete à **ADHO – ÁREA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ORGANIZACIONAL** a realização de treinamento anual a respeito do conteúdo do presente Código, que deverá contemplar empregados e administradores.

Parágrafo único. A URBS promoverá, anualmente, treinamento sobre política de gestão de riscos aos seus administradores.

Curitiba, agosto de 2024.